




ARTIGO  
ARTICLE

---

## História e literatura: reflexões teóricas

Historia y literatura: reflexiones teóricas

Michelle Márcia Cobra Torres   
Pós-Doutoranda Universidade Federal de Minas Gerais  
michelletorre@yahoo.com.br

TORRES, Michelle Márcia Cobra. História e literatura: reflexões teóricas. *História, histórias*, vol. 8, nº 15, jan./jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8vi15i.25683>

**Resumo:** O artigo se propõe a discutir as relações entre História e Literatura, confrontando posições teóricas e refletindo sobre os seus pontos de contato e de afastamento. A discussão envolve textos dos teóricos da Literatura e de historiadores. Parte-se das relações entre o real e o fictício, na perspectiva de Wolfgang Iser e, em seguida, são enfocados os debates das décadas de 1960 e 1970, quando os historiadores passam a questionar sobre as relações entre a escrita da História e a Literatura. Nesse contexto, destacam-se os estudos de Paul Veyne, Lawrence Stone, Paul Ricoeur e Hayden White. Contrapondo-se aos historiadores, que salientam o caráter literário da História, destaca-se o historiador Carlo Ginzburg, para o qual a História é construída a partir dos rastros do passado, numa integração entre realidades e possibilidades. Para pensar as relações entre a Literatura e a História, o artigo também se vale das considerações de Luiz Costa Lima.

**Palavras-chave:** História; Literatura; Ficção; Narrativa.

**Abstract:** El artículo propone discutir las relaciones entre Historia y Literatura, confrontando posiciones teóricas y refleje acerca de sus puntos de contacto y de aislamiento. La discusión trae textos de teóricos de la Literatura y de historiadores. El punto de partida son las relaciones entre el real y el ficticio, desde la perspectiva de Wolfgang Iser, para en seguida enfocar los debates de las décadas del 1960 y 1970, momento en que historiadores cuestionan acerca de las relaciones entre la escrita de la Historia y la Literatura. En este contexto, tiene destaque los estudios de Paul Veyne, Lawrence Stone, Paul Ricoeur y Hayden White. En contraposición a los historiadores que resaltan el carácter literario de la Historia, hay que destacar el historiador Carlo Ginzburg, que piensa la Historia como una construcción desde los rastros del pasado, en una integración entre realidades y posibilidades. Para pensar las relaciones entre la Literatura y la Historia, el artículo también recurre a las consideraciones de Luiz Costa Lima.

**Keywords:** Historia; Literatura; Ficción; Narrativa.

As relações entre História e Literatura passam pela questão do caráter ficcional e também pela construção narrativa. Tais discussões são de longa data, assim como o debate sobre o que confere a um texto o seu caráter ficcional ou histórico, pois a discussão envolve a questão da presença do real e do fictício em textos de ambos os campos. Sobre essa questão, o teórico Wolfgang Iser já havia advertido: “os textos ficcionados serão de fato tão ficcionais e os que assim não se dizem serão de fato isentos de ficções?”<sup>1</sup>

A proposta de Iser é pensar a relação realidade e ficção não de forma oposta, mas como uma relação tríplice. Tal relação envolve o real, o fictício e o imaginário, pois há parcelas do real no texto ficcional, mas essas não se repetem por efeito de si mesmas, já que a repetição é um ato de fingir do qual deriva um imaginário. Assim, a realidade que se repete no texto vira um signo, pois a sua inclusão no texto não esgota em si, sendo o ato de fingir uma transgressão dos limites do princípio da realidade. Nessa transgressão se expressa o elo entre o ato de fingir e o imaginário, uma vez que ele é um efeito do que é referido no texto.

Um dos atos de fingir apresentados por Iser consiste no desnudamento da ficcionalidade, pois, de acordo com o teórico, um atributo patente do texto ficcional é o fingir que se dá a conhecer por meio do desnudamento. Como esclarece Costa Lima, “entendemos esse desnudamento como a tendência que a ficção literária apresenta de se expor, não como um simulacro da realidade, mas como uma apresentação desta, muitas vezes desmistificante”.<sup>2</sup> Iser estende a discussão do desnudamento para o campo da filosofia e das ciências, que têm em muitos de seus modelos nada mais que ficções que podem levar a crer que sejam objetos reais, como o caso do modelo do átomo, por exemplo. Sobre o desnudamento, ou seja, reconhecendo-se o fingimento, tem-se que as parcelas da realidade identificadas no texto são postas sob o signo do fingimento, assim, segundo Iser, “este mundo é posto entre parênteses, para que se entenda que o mundo representado não é o mundo dado, mas que deve ser apenas entendido *como se* o fosse”.<sup>3</sup>

É interessante a seguinte conclusão do teórico Wolfgang Iser: “a ficção sempre ocorre em virtude de seu uso pragmático. Por conseguinte, também a realidade

---

<sup>1</sup> ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 957.

<sup>2</sup> LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 289.

<sup>3</sup> ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional..., p. 973.

representada no texto não deve ser tomada como tal; ela é a referência de algo que ela não é, mesmo se este algo se torna representável por ela”.<sup>4</sup> E também acrescenta Iser que “a ficção do *como se* utiliza o mundo representado para suscitar reações afetivas nos receptores dos textos ficcionais”, sendo essa a função de uso do *como se*, provocar reações sobre o mundo do texto, mas que também pode se referir ao mundo empírico, pois o mundo do texto possui as parcelas selecionadas da realidade empírica.<sup>5</sup>

Pode-se estender a discussão da relação entre o fictício, o real e o imaginário para os textos de caráter histórico, pois, atualmente, é corrente a ideia de que a História é uma construção, ou seja, a História seleciona, organiza, interpreta. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a História praticada pelos *Annales* se alimentou de um ideal cientificista. Dentro da abordagem quantitativa, eram incluídas curvas, tabelas e gráficos na História. A fundamentação em dados homogêneos, constituindo séries de longa duração, ficou conhecida como “História serial”. Assim, nesse momento, surgem historiadores que interrogam sobre o seu ato de escrever, sobre a proximidade deste com a escrita ficcional e também sobre as fronteiras entre escrita da História e escrita ficcional.

As relações entre História e Literatura perpassam também pela questão da construção narrativa. O historiador Paul Veyne, em sua obra *Como se escreve a História*, publicada em 1971, sugere o retorno de uma reflexão sobre a História como narrativa. O objetivo de Veyne é demonstrar que a História não é uma ciência, mas uma “narrativa verdadeira”, para o historiador “a História é uma narrativa de acontecimentos: tudo o mais decorre daí”.<sup>6</sup> A explicação em História decorreria da forma como a narrativa é organizada, como uma intriga compreensível. Portanto, o historiador escolhe os fatos que serão destacados na construção da trama, reelaborando-os e atribuindo-lhes sentido. Nessa perspectiva, a História é narração e o relato a parte fundamental da escrita da História.

Lawrence Stone, no ensaio “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha História”, de 1979, aponta a tendência da pesquisa histórica voltada para a escrita em forma narrativa. O historiador define a narrativa histórica como:

A narrativa aqui designa a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora

---

<sup>4</sup> ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional..., p. 973.

<sup>5</sup> ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional..., p. 977.

<sup>6</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 14.

possuindo sub-tramas. A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva do que analítica e seu enfoque central diz respeito ao homem e não às circunstâncias. Portanto, ela trata do particular e do específico, de preferência ao coletivo e ao estatístico.<sup>7</sup>

O ressurgimento da narrativa, para Stone, é uma forma de trazer o indivíduo e o particular, para a História, assim, ele defende a necessidade de uma História narrativa, tendo o homem como seu objeto e não as estruturas sociais e econômicas ou as curvas demográficas. Para o historiador, o retorno à narrativa se deve à desilusão em relação ao modelo determinista econômico e demográfico de explicação histórica, bem como em relação à História quantitativa, pois, segundo Stone “a quantificação nos informou muito sobre as questões sobre o quê da demografia histórica, mas, até agora, relativamente pouco sobre os porquês”.<sup>8</sup>

Assim, os historiadores da década de 1970 passam a dialogar mais com a antropologia que com a sociologia e a economia, interessando-se pelo estudo de sentimentos, emoções, comportamentos, ideias, quadros mentais, crenças e costumes, o que, na França, passa a ser conhecido como História das mentalidades. De acordo com Stone, os historiadores desse momento estão “voltando a contar histórias”, porém, as narrativas dos anos 1970 são diferentes das narrativas dos historiadores tradicionais, pois estão “interessados nas vidas, sentimentos e comportamentos dos pobres e obscuros, ao invés dos grandes e poderosos”, a análise não deixa de estar presente e, além disso, há uma busca por outras fontes.<sup>9</sup> Os historiadores estão empenhados em contar a História de alguém, de um julgamento ou episódio dramático para, a partir daí, lançar luz sobre o funcionamento de uma cultura ou sociedade. Para Stone, o movimento em direção à narrativa marca o fim de uma era, “o fim da tentativa de criar uma explicação científica coerente sobre a transformação no passado”.<sup>10</sup> Sendo que, nesse momento de mudanças em relação a conteúdos, objetivos e métodos de escrita, a função do historiador passa, nas palavras de Stone, “da científica à literária”.<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup> STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*, n.2/3, IFCH, UNICAMP, 1991, p. 13-14.

<sup>8</sup> STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história..., p. 23.

<sup>9</sup> STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história..., p. 31.

<sup>10</sup> STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história..., p. 32.

<sup>11</sup> STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história..., p. 37.

A *Escrita da História*, de Michel de Certeau, é publicada em 1975, dando ênfase à prática do historiador como uma prática da escrita. Certeau demonstrou que o texto historiográfico é uma construção que estabelece relações com outros textos, outros discursos de outros tempos, sendo produto de um lugar, uma prática e uma escrita. Michel de Certeau entende “como História essa prática (uma disciplina), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma produção”.<sup>12</sup> Assim, a História é uma fabricação do historiador, um discurso que é resultado de uma prática e um lugar tanto institucional quanto social. A História é interpretação, sendo sua escrita localizada em um tempo e um espaço, demonstrando as expectativas do momento daquela escrita, de seu autor e de seus leitores. Como esclarece Michel de Certeau:

Encarar a História como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática” (Certeau, 2011, p.46-47).

Michel de Certeau, ao dizer que a operação historiográfica inclui a construção de um texto, uma literatura, no sentido de tecer um texto, quer dizer que a escrita da História passa por discursos, pela construção por meio da palavra. Estabelece assim uma aproximação do historiador com o literato. E, ainda, a produção de discursos passa pelo lugar e pelo tempo de quem o produz, levando-se em consideração o horizonte de expectativas do público de seu tempo.

A História é uma atividade humana, como outras, e está inserida em sua realidade social. Ela combina lugar social com prática científica, desse modo, a obra histórica traz as marcas de seu tempo e lugar de produção (social e institucional). Como explica Costa Lima, a propósito de Certeau, “a história trabalha com uma semantização advinda de sua interlocução com a sociedade e o poder”.<sup>13</sup> Ainda, a História é porosa, pois dessa relação advém a escolha dos temas e das linhas a serem trabalhadas e por ela perpassam as ideologias.

---

<sup>12</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 5.

<sup>13</sup> LIMA, Luiz Costa. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 37.

Um dos aspectos que pautam a relação entre História e Literatura é o uso da narrativa na escrita da História. Se Paul Veyne e Lawrence Stone já haviam apontado para o retorno da narrativa na explicação em História, Paul Ricoeur e Hayden White irão aprofundar nesse ponto, reconhecendo a dimensão literária da História. Na narrativa praticada pela História tradicional, o narrador se ocultava, havia um encadeamento de acontecimentos, de forma linear, com o intuito de reconstituir um passado tal como ele foi. De acordo com José Carlos Reis, “ela oferecia um ‘efeito de objetividade’ ao fazer o real coincidir com a escrita. Narrar era ‘mostrar’ o que de fato aconteceu”.<sup>14</sup> Para os *Annales*, o historiador admite que ele escolhe e constrói o seu objeto, interrogando o passado a partir de seu presente, sendo assim, o produto, ou seja, o texto histórico, é resultado de uma construção teórica, sendo o sujeito-historiador o seu construtor. No entanto, no final do século XX, o modelo da História problema e estrutural entrou em crise, pois a análise estrutural passa a ser considerada abstrata, sem homens, sem eventos e sem relação com o vivido. Segundo Reis, “houve uma ruptura entre tempo e conhecimento histórico, entre experiência vivida e compreensão narrativa, que se tornou inaceitável no final do século XX”.<sup>15</sup>

Em *Tempo e narrativa* (tomo 1), escrito na década de 1980, Paul Ricoeur lança a ideia de que “toda História é narrativa”, com isso o filósofo francês atingia os historiadores que seguiam o modelo estrutural dos *Annales*. Paul Ricoeur sugere um “eclipse da narrativa”, devido ao deslocamento do objeto da História, praticada pelos *Annales*, do acontecimento e do indivíduo para o fato social. Desse modo, a narrativa não teria sido eliminada, apenas fora eclipsada, pois, para Ricoeur, os annalistas praticaram uma forma de narrativa, mesmo não estando intencionados. Assim, pode-se perceber que há narrativa até na História estrutural, como exemplo, o Mar Mediterrâneo, na obra de Braudel, poderia ser considerado como um personagem. Mas Ricoeur irá propor outra forma de narrar a História, buscando estabelecer um vínculo entre explicação histórica e compreensão narrativa. O objeto do filósofo é a relação entre o tempo vivido e a narração, entre a experiência e a consciência, desse modo, com Ricoeur, a temporalidade é reinserida na História. Como diz Reis, “Ricoeur é fundamental para a reconstrução da estrutura da nova

---

<sup>14</sup> REIS, José Carlos. Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*. Juiz de Fora, v. 12, pp. 17-40, 2006, p. 19.

<sup>15</sup> REIS, José Carlos. Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur..., p. 21.

narrativa histórica”<sup>16</sup>, que inclui o vivido, a experiência, e a organização lógica, a intriga. Ricoeur estabelece um elo entre História e Literatura por meio da narrativa.

Ricoeur, entre posicionamentos diversos como o tempo da alma e o tempo lógico, realiza uma síntese de Santo Agostinho, o tempo interior, com Aristóteles, o ato poético de criação de uma intriga ligada ao tempo lógico, externo. Tais modelos de tempo são postos em interação pela narrativa histórica, proposta por Ricoeur. Segundo José Carlos Reis, o filósofo francês vê nas intrigas inventadas um meio propício para a reconfiguração do tempo vivido, o qual é confuso, mas que adquire sentido pela narrativa, dessa forma, a intriga estabelece uma configuração lógica ligando eventos separados em um todo que se torna compreensível. Ricoeur defende que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.<sup>17</sup> Nesse sentido, explica Reis, “a narrativa histórica, em Ricoeur, não é uma teoria do tempo, mas a sua construção poética, que oferece o reconhecimento da experiência vivida”.<sup>18</sup>

A narrativa não coincide com o real, sendo uma construção do historiador, que busca não mostrar o que se passou, mas estabelecer uma referência com o vivido, sendo uma reflexão sobre o vivido, que passa pelo historiador e também pelo leitor, numa interação entre vivência e reconhecimento. É importante observar o papel do leitor para Ricoeur. Baseando-se em teorias da recepção, o filósofo defende que é o leitor que faz com que a História retorne ao vivido. Segundo o historiador José Carlos Reis, “a refiguração ou reinvenção da intriga é produzida pelo receptor, que se torna co-autor. A compreensão narrativa articula uma atividade lógica de composição, o autor, com a atividade histórica de recepção, o público”.<sup>19</sup> Portanto, a narrativa humaniza, pois propicia o reconhecimento do vivido e o seu sentido se realiza nessa interseção entre o mundo do texto e o mundo do receptor. Então, como explica Reis, “o tempo torna-se mais humano quando é narrado, pois é tempo reconhecido”.<sup>20</sup>

O papel do imaginário na escrita da História é outro ponto tratado por Ricoeur em *Tempo e narrativa* (tomo 3). Para o filósofo francês, a História se serve de alguma forma da

---

<sup>16</sup> REIS, José Carlos. Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur..., p. 22.

<sup>17</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. vol. 1. Campinas: Papyrus, 1994..., p. 15.

<sup>18</sup> REIS, José Carlos. Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur..., p. 25.

<sup>19</sup> REIS, José Carlos. Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur..., p. 27.

<sup>20</sup> REIS, José Carlos. Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur..., p. 35.

ficção para refigurar o tempo em sua narrativa, o que ele denomina de ficcionalização da História e que ocorre por meio do imaginário, do “ter-sido”, uma vez que a História é a reconstrução de um passado ausente, já construído e significado e que será novamente reconstruído e ressignificado.

Segundo Ricoeur, essa mediação imaginária está no que ele denomina de “fenômeno do vestígio”, o vestígio enquanto efeito-signo, uma coisa presente que vale por uma coisa passada. Assim, para Ricoeur, “o caráter imaginário das atividades que medeiam e esquematizam o vestígio se comprova no trabalho de pensamento que acompanha a interpretação de um resto, de um fóssil, de uma ruína” e são as atividades de seleção, de reunião, de consulta a arquivos e à documentação que funcionam como mediadores para se entender esse vestígio e levá-lo a se tornar um “operador efetivo do tempo histórico”, ocorrendo a reinscrição do tempo vivido no tempo sucessivo.<sup>21</sup> É no fenômeno do vestígio que se entende o caráter imaginário do tempo histórico, marcado pela interpretação desse vestígio para se entender o mundo ausente que antes estava ao redor do vestígio, por isso ele é um efeito-signo, pois configura o contexto, o ambiente, aquilo que falta ao seu redor.

Ricoeur tem uma expressão para esse efeito do vestígio, que é “figurar”, assim o historiador reconstrói algo ausente sendo sua reconstrução uma figuração na qual “a imaginação se torna visionária: o passado é o que eu teria visto, aquilo de que teria sido testemunha ocular se tivesse estado lá”. O conteúdo ficcional da narrativa histórica seria a representação do ausente em sua construção, que Ricoeur chama de caráter “quase fictício” do passado histórico.<sup>22</sup> Nesse sentido, para Ricoeur, o passado é configurado na forma de um mundo reconstruído, por meio da imaginação, mas a narrativa escrita pelo historiador está limitada pelas fontes e pela metodologia da História.

Na obra *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*, publicada em 1973, o historiador norte-americano Hayden White defende que a imaginação é uma forma de abordar a História. Na introdução, o historiador adverte que a obra é uma História da consciência histórica do século XIX. White identifica quatro modalidades de criação de enredo (romântica, trágica, cômica, satírica), quatro modalidades de argumento (formista, mecanicista, organicista, contextualista) e quatro modalidades de implicação ideológica

---

<sup>21</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo 3. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010, p. 315-316.

<sup>22</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (2010, Tomo 3)..., p. 317.



(anarquista, radical, conservadora, liberal), que dependem todas dos quatro tropos literários que tornam familiar o mundo desconhecido (metáfora, metonímia, sinédoque, ironia). Como exemplo, na explicação por elaboração de enredo, tem-se que Michelet utilizou-se do modo romanesco, Ranke utilizou-se do modo cômico, Tocqueville do modo trágico e Burckhardt usou a sátira. Em *Meta-História*, historiadores e filósofos são analisados por essa teoria proposta por White, que tem como base pressupostos do campo linguístico e literário. São as escolhas linguísticas que prefiguram e estruturam o campo histórico de cada historiador e filósofo da História.

No ensaio intitulado “O texto histórico como artefato literário”<sup>23</sup>(1974), Hayden White causou polêmica, mais uma vez, entre os historiadores, ao argumentar que:

Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.<sup>24</sup>

Assim, o texto histórico é, para Hayden White, um artefato literário, por utilizar tipos específicos de estruturas de enredo como a Literatura. Para o historiador, os acontecimentos são transformados em estórias nas quais haverá o realce ou a subordinação de alguns desses acontecimentos, a variação de ponto de vista e de estratégias de descrição, ou seja, o historiador que irá escolher a perspectiva a ser utilizada. Os mesmos eventos podem se transformar em uma História trágica, cômica, romântica ou satírica, dependendo da decisão do historiador. As categorias de estrutura de enredo utilizadas por Hayden White são de Northrop Frye. Para White, o modo de configuração dos eventos históricos depende da estrutura de enredo que o historiador escolhe a fim de conferir um sentido à História, desse modo, para White, “trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção”<sup>25</sup>.

Ao afirmar que a operação de dar sentido aos eventos históricos é uma operação criadora de ficção, White quer demonstrar o aspecto fictício das narrativas históricas, pois os historiadores, por meio da narrativa construída a partir da escolha de uma dada

---

<sup>23</sup> O ensaio foi incluído como um capítulo na obra *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, publicada, originalmente, em 1978.

<sup>24</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2 ed. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 98.

<sup>25</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...*, p. 102.

estrutura de enredo, buscam refamiliarizar os leitores com os acontecimentos históricos, dando sentido a eles. Trata-se de uma operação literária criadora de sentido. Hayden White toma de Northrop Frye as categorias do trágico, do cômico, do romanesco e da ironia e emparelha esses gêneros literários com os tropos da tradição retórica. Essa operação literária - a História toma emprestada da Literatura as categorias e os tropos - desemboca na função representativa da imaginação histórica, uma vez que o leitor aprende a entender o mundo por meio de tais elementos que são da Literatura e estão dispostos na cultura. Hayden White coloca em evidência o lado artístico da História, sem afirmar que ela é Literatura, mas que a História pode ser analisada por seu caráter literário.

É importante ressaltar a questão do público leitor, pois, como explica Hayden White, utilizar as estruturas de enredo é uma forma que a cultura dispõe para tornar inteligíveis as histórias, assim, o leitor “não apenas acompanhou com êxito a estória; ele captou o seu ponto principal, entendeu-a”.<sup>26</sup> O leitor, no processo de acompanhar o relato desses eventos pelo historiador, chega pouco a pouco a compreender que a estória que está lendo é de um tipo, e não de outro: romance, tragédia, comédia, sátira, epopeia, etc. O efeito produzido é o de ler uma obra de História *como se fosse um romance*.

White defende que, ao invés de tentar distinguir ficção e História, sendo a primeira a representação do imaginável e a segunda a representação do verdadeiro, deve-se compreender que “só podemos conhecer o real comparando-o ou equiparando-o ao imaginável”.<sup>27</sup> Uma vez que os fatos históricos “não falam por si”, como desejavam os historiadores da escola tradicional, a dimensão fictícia e imaginária da História consistiria na atribuição de sentido realizada pelo historiador, dessa forma, seu ofício se aproxima do literato para White. É o historiador que, diante dos fatos, escolhe qual a melhor narrativa que pode ser feita, sendo esse o papel artístico do historiador. Hayden White quer com essa conclusão dizer aos historiadores que se tornem mais críticos e autoconscientes da construção de seu trabalho.

Nessa perspectiva, o historiador ao tecer o texto histórico lida com construções poéticas, escolhendo a modalidade de linguagem figurativa para dar coerência à História, atribuindo sentido para o seu público a respeito daquilo que o passado poderia consistir,

---

<sup>26</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...*, p. 103.

<sup>27</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...*, p. 115.

ou seja, o imaginável. Na introdução da obra *Trópicos do discurso*, Hayden White explica que a transformação do não-familiar em familiar, que é um processo de compreensão, é uma criação de tropos, que é figurativa, e os tropos principais, ou seja, as modalidades de figuração, seriam: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Conforme White, “segue-se, a meu ver, que esse processo de compreensão se desenvolve mediante a exploração das principais modalidades da figuração”.<sup>28</sup>

Sobre a questão da interpretação em História, White defende que os historiadores interpretam os dados escolhendo aqueles que são adequados ao processo narrativo. Mas, quando o historiador se depara com um conjunto de acontecimentos que carecem dos fatos que levariam a uma explicação plausível, ou seja, quando surgem as lacunas, White explica, “o historiador precisa interpretar o seu material, preenchendo as lacunas das informações a partir de inferências ou de especulações”. E White completa: “uma narrativa histórica é, assim, forçosamente uma mistura de eventos explicados adequada e inadequadamente”.<sup>29</sup>

Do outro lado da questão, contra a parcela de historiadores que aproximam a História da ficção, o historiador italiano Carlo Ginzburg argumenta que tal abordagem teria eliminado a busca da verdade como tarefa essencial do historiador, sustentando que “encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores”.<sup>30</sup> Na obra *O fio e os rastros*, o historiador italiano chama a atenção para os estudos sobre a dimensão narrativa da historiografia, que, em muitos casos, tendem a anular qualquer distinção entre narrações históricas e narrações ficcionais, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, sem uma ressalva ao trabalho do historiador como a discussão dos problemas ligados às fontes e às técnicas de pesquisa, detendo-se nas formas de exposição da História. Assim, Ginzburg rechaça as teorias que borram as fronteiras entre História e ficção, propondo considerar a relação entre as duas formas de narrativa como uma contenda feita de desafios pela representação da realidade, em que historiadores e romancistas mais se afastam do que se aproximam.

---

<sup>28</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...*, p. 18.

<sup>29</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...*, p. 65.

<sup>30</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 61.

Em uma obra anterior, intitulada *Relações de força*, Ginzburg já colocara em pauta a questão da abordagem historiográfica de Hayden White e as teorias narrativistas na História:

Contra a ideia rudimentar de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material coletado, busco mostrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades.<sup>31</sup>

Tratando desta discussão, Ginzburg defende que as formas como as perguntas são colocadas pelo historiador a seu objeto de pesquisa são narrativas, constituem-se como narrações provisórias que delimitam um âmbito de possibilidades que podem ser, depois, modificadas ou descartadas. Tais narrativas funcionam como instâncias mediadoras entre questões e fontes, influenciando o modo de recolhimento dos dados históricos, a seleção, a interpretação e a narrativas desses. Para elucidar tal explicação, utiliza-se da metáfora de Marc Bloch que dizia que os historiadores deveriam ler a História para trás, ou seja, desenrolar o passado ao contrário.

De acordo com Ginzburg, tendo em vista que “nosso conhecimento do passado é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e de ruínas”<sup>32</sup>, e tomando a lição, de Walter Benjamin, de ler os testemunhos históricos a contrapelo, contra as intenções de quem os produziu<sup>33</sup> - embora levando em conta tais intenções – Ginzburg concebe o ofício do historiador como “alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”.<sup>34</sup> O falso seria o fictício que se faz passar por verdadeiro, que seriam, para Ginzburg, “falsas lendas, falsos acontecimentos, falsos documentos”.<sup>35</sup> Para Ginzburg, a “fé histórica”, graças aos rastros do passado e ao trabalho do historiador, permite que seja superada a incredulidade e, ainda, permite construir a História verdadeira a partir da falsa - mitos, ficções, fábulas.

---

<sup>31</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força...*, p. 44.

<sup>32</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 40.

<sup>33</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. v. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>34</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros...*, p. 14.

<sup>35</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros...*, p. 13.

Os rastros, as inscrições, os vestígios, não dão um acesso imediato à realidade, mas também não são barreiras ao trabalho do historiador. As fontes são, para Ginzburg, “espelhos deformantes” e “a análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo”.<sup>36</sup> A História é construída com base em rastros, que não são como evidências, mas sim provas no sentido de validar e experimentar/tentar, assim, para Ginzburg “a linguagem da prova é de quem submete os materiais da pesquisa a uma aferição permanente: provando e confirmando”.<sup>37</sup> Trata-se, segundo Ginzburg, da “relação entre o fio - o fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade - e os rastros”, assim o historiador conta Histórias servindo-se de rastros.<sup>38</sup>

Ginzburg relata sua experiência ao contar a História de um moleiro acusado de heresia pela Inquisição no século XVI, que resultaria na obra *O queijo e os vermes*. A pesquisa histórica se baseou em documentos da Inquisição e, como comenta Ginzburg, “os obstáculos postos à pesquisa eram elementos constitutivos da documentação, logo deviam tornar-se parte do relato; assim como as hesitações e os silêncios do protagonista diante das perguntas dos seus perseguidores - ou das minhas”.<sup>39</sup> Ou seja, as dúvidas, as incertezas, as hipóteses entravam na narração e, segundo Ginzburg, “a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta)”.<sup>40</sup>

Comentando a obra da historiadora Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*<sup>41</sup>, baseada em autos processuais da Inquisição, Ginzburg toca na questão do preenchimento de lacunas no trabalho do historiador. Trazendo a questão da relação entre a investigação histórica e a judiciária, que, muitas vezes, são aproximadas para demonstrar certos aspectos do ofício do historiador, Ginzburg aponta para a divergência entre as duas óticas quando historiador e juiz se deparam com as lacunas. Se numa situação “por falta de provas”, o juiz optaria por uma absolvição, no caso do historiador, comenta Ginzburg, tal situação “deflagra um aprofundamento da investigação, que liga o caso específico ao contexto, entendido aqui como lugar de possibilidades historicamente determinadas”.<sup>42</sup>

---

<sup>36</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força...*, p. 44.

<sup>37</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força...*, p. 11.

<sup>38</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros...*, p. 7.

<sup>39</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros...*, p. 265.

<sup>40</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros...*, p. 265.

<sup>41</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>42</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros...*, p. 316.

No trabalho de Davis, para preencher as lacunas, ela se voltava para outras fontes do mesmo tempo e lugar, na medida do possível, para encontrar situações análogas às buscadas. Desse modo, o texto do historiador possui expressões como “pode-se presumir”, “talvez”, “provavelmente”, uma vez que as lacunas são preenchidas com possibilidades, daí Ginzburg dizer que o trabalho de Davis não é uma contraposição entre “verdadeiro” e “inventado”, mas sim uma integração assinalada de “realidades” e “possibilidades”. O historiador destaca que possibilidade não deve se confundir com ficção ou invenção, já que a questão da prova, tal como a concebe Ginzburg, deve permanecer no cerne da pesquisa histórica.

Nesse campo de possibilidades, que auxiliam o historiador a preencher lacunas, ressalto que a obra literária também é uma fonte histórica de grande importância, podendo ser estudada, principalmente, por dois ângulos. Primeiro, fornecendo um quadro da sociedade, pelo olhar do autor da obra, com situações que envolvem leis, instituições, assim como códigos morais e éticos de um dado momento histórico. No segundo ângulo, a obra literária fornece ao historiador os valores de uma época, sociedade ou cultura, que giram em torno de percepções, interesses, escolhas, ou seja, quais valores regem os personagens, quais são suas reações, motivos e interesses frente às instituições e aos códigos de dada sociedade. Nesse sentido, as formas de pensar e de agir dos personagens fictícios podem auxiliar no entendimento de um dado momento histórico pelo historiador, assim como dos valores que permeiam uma cultura, dos imaginários que a permeiam e das possibilidades de reações dos homens contemporâneos ao autor frente a dadas situações sociais.

Distinguindo Literatura e História, Luiz Costa Lima, em suas reflexões sobre a escrita da História, diz que “a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história”.<sup>43</sup> Comparando a escrita da História e dos gêneros literários, Costa Lima reflete que “a seu modo, cada uma delas contém um dispositivo que as capacita a lidar com a realidade”.<sup>44</sup> Acrescento o seguinte: realidade que só é acessada por meio de construções, as quais são parcelas dessa realidade já modificada, pertencentes ao passado, que o historiador lida. Além disso, são fragmentos desordenados, vestígios que

---

<sup>43</sup> LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura...*, p. 37.

<sup>44</sup> LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura...*, p. 40.

devem ser lidos também a contrapelo. Como sugere Costa Lima, História e Literatura possuem posicionamentos diversos em relação à imaginação, e concordo com essa assertiva do autor. Ainda com Costa Lima:

A imaginação atua na escrita da história, mas não é o seu lastro. Porosa, a história não há de ser menos veraz. Mas veraz, ela não pode pretender, como as ciências da natureza, a formulação de leis porque não pode renunciar à parcialidade. É, insistamos, de caráter deliberativo; semelhante à verdade judiciária.<sup>45</sup>

Como já havia sido elucidado pela Escola dos *Annales*, os fatos são construções e esses são interpretados pelo historiador, mas, como Michel de Certeau contribuiu para o pensamento da escrita da História, as interpretações vão depender do *lugar* ocupado por cada historiador, assim, teremos mais de uma interpretação e diferentes formas de se contar e de se significar o passado, ou seja, diferentes discursos. A História não formula leis universais como quiseram os historiadores iluministas e sua cientificidade, buscada pelos oitocentistas e pela vertente da história quantitativa, foi questionada com o seu relacionamento com a narrativa. Como Costa Lima comenta, as formas discursivas da História e da ficção literária utilizam-se da organização narrativa, mas se relacionam com o mundo de formas diferentes.

O historiador, de acordo com Costa Lima, organiza “os restos do passado, tal como presentes ou inferidos de documentos, em um todo cujo sentido centralmente não é da ordem do imaginário”.<sup>46</sup> Portanto, ainda segundo Costa Lima, “os discursos do historiador e do ficcionista se diferenciam tanto pela maneira como suas narrativas se relacionam com o mundo quanto pelo modo como neles atua o narrador”.<sup>47</sup> Costa Lima explica que o romance pode ter vários narradores, inclusive em primeira pessoa, e assumir posições variadas, já no texto histórico, o uso da terceira pessoa produz um efeito de referência. No campo da História, há uma busca pela verdade, mas não uma verdade enquanto substância, mas sim o que Costa Lima chama de “protocolo de verdade”, que é a submissão de uma prática discursiva a um conjunto de procedimentos, como condição para que o produto seja reconhecido pela comunidade e assim legitimado.

---

<sup>45</sup> LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura...*, p. 65.

<sup>46</sup> LIMA, Luiz Costa. *A narrativa na escrita da história e da ficção...*, p. 102.

<sup>47</sup> LIMA, Luiz Costa. *A narrativa na escrita da história e da ficção...*, p. 102.

Para Costa Lima, o que difere os discursos histórico e ficcional são os protocolos que cada um deles assume diante do receptor. O discurso ficcional se posiciona de uma forma diversa do discurso da História em relação ao horizonte da verdade. O ficcionista tem uma liberdade de composição muito maior que o historiador, pois não está sujeito ao protocolo de verdade e, ainda, o discurso do ficcional pode ser indagado pelo receptor quanto à sua verossimilhança.

Assim, enquanto o ficcional desnuda o *como se*, a História, mesmo que construída com restos do passado e possuindo lacunas, deve ter seu discurso alicerçado em evidências e legitimado pela comunidade. Aqui prefiro lembrar as considerações de Ginzburg sobre os rastros, que não possuem o sentido de evidência, mas o sentido de validar, experimentar e confirmar. Os historiadores imaginam probabilidades de mundos passados, mas os discursos produzidos têm um compromisso com a verdade, no sentido que Costa Lima denominou de protocolo de verdade e suas implicações.

A História é entendida como uma construção probabilística, ou melhor, como construções probabilísticas, hipóteses do passado, pois os historiadores ocupam e ocuparão lugares distintos em tempos diferentes, terão sempre perguntas diversas das de hoje, em cada presente, e essas construções serão (re)significadas por cada época. Em relação ao preenchimento das lacunas pelos historiadores, prefiro, como Ginzburg, que as “possibilidades” podem preenchê-las, ao invés de pensar que não passam de “especulações”, mas também é interessante conjugar a questão das possibilidades com o “quase fictício” de Ricoeur, reconhecendo-se a presença da ficção na História, pois o historiador lida com o ausente. Os rastros de Ginzburg e os vestígios de Ricoeur auxiliam e dão suporte à construção de uma narrativa histórica, que é uma hipótese, dentre outras, acerca do passado, mas o lacunar, o que estava ao redor do vestígio, o que falta, requer o uso da imaginação do historiador. Imaginação que não é mera invenção, pois o historiador está limitado pelas fontes, pelos procedimentos metodológicos e pela validação de seu trabalho pela comunidade de historiadores.

É importante ressaltar que os discursos histórico e ficcional se relacionam com a narrativa, sem se confundirem, uma vez que o que os diferencia são suas propostas de conhecimento. A escrita da História, ao se valer de elementos da Literatura, não invalida a produção do conhecimento histórico, pelo contrário, auxilia no entendimento do leitor,



como defendeu Hayden White, uma vez que essa operação é criadora de sentido por refamiliarizar os leitores com os acontecimentos históricos.

O historiador Peter Burke, em *A Escrita da História: novas perspectivas*, salienta que os historiadores deveriam buscar um novo modelo literário para a narrativa histórica, utilizando outras técnicas ficcionais que tornariam guerras e conflitos mais inteligíveis. Para isso, ele sugere que se use mais de um ponto de vista, bem como vozes variadas e opostas, praticando a heteroglossia. Outra opção proposta por Burke é o historiador comunicar ao seu leitor que há outras interpretações possíveis sobre dado acontecimento e até proporcionar finais alternativos, para que o leitor tire suas próprias conclusões. Os historiadores podem aprender com os romancistas, mas há limites para o uso dessas técnicas, explica Burke, “pois os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens”.<sup>48</sup>

Novas propostas de um modelo de narrativa histórica surgiram como a “micronarrativa”, ligada à micro-História, que narra a História de pessoas comuns em um dado local, na tentativa de, a partir daí, pensar estruturas sociais, partindo do local para as tendências gerais. Para revelar o relacionamento entre os acontecimentos e as estruturas, apresentando vários pontos de vista, Burke sugere que os historiadores atentem para as técnicas cinematográficas, que também são literárias, de cortes, visões retrospectivas e alternância de cenas, por exemplo.

Nas relações entre a História e a Literatura, assim como a História utiliza técnicas literárias para sua composição e assim como se reconhece a presença da ficcionalidade no discurso histórico e o uso da imaginação no ofício do historiador, a Literatura se vale da História para sua realização, bem como se pode falar também de uma historização da ficção, como propõe Paul Ricoeur.

A hipótese de Paul Ricoeur, na obra *Tempo e narrativa*, é a de que a narrativa de ficção imita a narrativa histórica, de certo modo, pois, quando se narra algo é narrar *como se* aquilo tivesse acontecido, o que o filósofo denomina de “como se passado”. Segundo Ricoeur:

---

<sup>48</sup> BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 2011, p. 349.

A narrativa de ficção é quase histórica na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é por isso que se parecem com acontecimentos passados e que a ficção se parece com a história.<sup>49</sup>

Ricoeur apoia sua hipótese do “como se passado” nas seguintes questões: as narrativas são contadas em um tempo passado, dando a ideia de que há algo como um passado fictício; os acontecimentos contados, numa narrativa de ficção, são fatos passados para a voz narrativa que narra o que para ela aconteceu, ou seja, em um pacto entre o leitor e o autor, há a crença de que os acontecimentos narrados pertencem ao passado daquela voz. Por fim, o caráter “quase histórico” da ficção, para Ricoeur, está na capacidade que a ficção possui de realizar, retrospectivamente, certas possibilidades não realizadas do passado histórico, desse modo, para Ricoeur, “o quase passado da ficção torna-se assim o detector dos possíveis escondidos no passado efetivo”.<sup>50</sup> A Literatura abarca o que poderia ter acontecido. É a relação entre a verossimilhança da ficção e as potencialidades não realizadas do passado histórico que possibilitam, segundo Ricoeur, que a Literatura, livre das limitações e imposições da História, possa realizar, *a posteriori*, sua função libertadora.

Na esteira das discussões empreendidas neste artigo, pode-se concluir que a História pode empregar a forma narrativa para dar sentido aos acontecimentos históricos, utilizando-se de elementos que são familiares à Literatura. Ambas possuem suas relações com o ficcional, como discutido anteriormente, diferenciando-se pela forma como se relacionam com o mundo. A obra literária é uma fonte para a História, que no campo de possibilidades, auxilia o historiador a preencher lacunas e a entender a sociedade que produziu aquela obra. Tanto a Literatura, quanto a História, podem recuperar personagens históricos que foram marginalizados pelo discurso hegemônico de um dado período, em dada uma sociedade, propondo novas leituras do passado.

Vale lembrar que tanto a obra histórica quanto a literária são produtoras de significados. Se tanto Literatura quanto História podem reforçar discursos hegemônicos, também podem estabelecer embates com esse discurso, apresentando outros discursos alternativos. A História, como é concebida hoje, é escrita a partir das inquietações do presente, ou seja, o passado é questionado a partir do presente do historiador. A obra

---

<sup>49</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (2010, Tomo 3)..., p. 325.

<sup>50</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (2010, Tomo 3)..., p. 327.

literária também aproxima o passado dos olhos do leitor contemporâneo, propondo leituras a partir das inquietações do presente.

### Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. v. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIMA, Luiz Costa. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REIS, José Carlos. Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*. Juiz de Fora, v. 12, pp. 17-40, 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. vol. 1. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo 1. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo 3. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*, n.2/3, IFCH, UNICAMP, 1991.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2 ed. Tradução José Laurêncio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2 ed. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Recebido em 27 de agosto de 2019  
Aprovado em 03 de abril de 2020